O MODELO CHINÊS DE DESENVOLVIMENTO E OS LIMITES DO CAPITALISMO OCIDENTAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA FINANCEIRIZAÇÃO E DO CAPITAL PRODUTIVO.

THE CHINESE DEVELOPMENT MODEL AND THE LIMITS OF WESTERN CAPITALISM: A COMPARATIVE ANALYSIS OF FINANCIALIZATION AND PRODUCTIVE CAPITAL.

Celine da Silva Araújo,

Letícia dos Santos Farias

RESUMO

Este artigo analisa as disparidades entre os modelos de desenvolvimento econômico da China e do Ocidente, com foco na dinâmica entre capital produtivo e capital financeiro. Enquanto a China estrutura sua economia sob a coordenação do Partido Comunista Chinês (PCC), com forte participação estatal na regulação do mercado e no direcionamento do investimento produtivo, as economias ocidentais, notadamente os Estados Unidos, têm se orientado progressivamente pelo modelo neoliberal, reduzindo a atuação do Estado e ampliando a predominância do setor financeiro. A financeirização, compreendida como a crescente importância do capital financeiro e dos mercados financeiros na operação da economia (Epstein, 2005), tem sido associada a crises recorrentes, endividamento público elevado, déficits comerciais e estagnação da produtividade. Para a realização desta análise, adotou-se uma abordagem metodológica mista, combinando revisão bibliográfica de autores como Piketty (2014), Braga (1997), Epstein (2005) e Krippner (2005), com análise de dados quantitativos do FMI e do Banco Mundial, utilizando a Formação Bruta de Capital Fixo como proxy do capital produtivo e a capitalização de mercado como aproximação do capital financeiro. Os resultados indicam que a economia chinesa apresenta níveis superiores de capital produtivo e crescimento econômico, embora também enfrente desafios próprios, como a crise no setor imobiliário endividamento de governos locais.

Palavras-chave: Financeirização; Capital; Desenvolvimento; Socialismo; Política.

ABSTRACT

This article analyzes the disparities between the economic development models of China and the West, focusing on the dynamics between productive capital and financial capital. While China structures its economy under the coordination of the Chinese Communist Party (CCP), with strong state participation in market regulation and the direction of productive investment, Western economies, notably the United States, have progressively adopted the neoliberal model, reducing state intervention and expanding the predominance of the financial sector. Financialization, understood as the growing importance of financial capital and financial markets in the operation of the economy (Epstein, 2005), has been associated with recurrent crises, high public indebtedness, trade deficits and productivity stagnation. This study employs a mixed methodological approach, combining bibliographic review of authors such as Piketty (2014), Braga (1997), Epstein (2005) and Krippner (2005), with quantitative data analysis from the IMF and World Bank, using Gross Fixed Capital Formation as a proxy for productive capital and market capitalization as an approximation of financial capital. Results indicate that the Chinese economy presents higher levels of productive capital and economic growth, although it also faces its own challenges, such as the real estate sector crisis and local government debt.

Keywords: Financialization; Capital; Development; Socialism; Politic

Graduandas em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Do Oeste do Pará (UFOPA),
E-mail: celinysilvaaraujo@gmail.com
leleticia131415@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A trajetória da China como potência econômica global é marcada por transformações profundas nas estruturas social, econômica e cultural do país. Desde as reformas iniciadas por Deng Xiaoping no final da década de 1970, a China transitou de uma economia planificada e fechada para um modelo híbrido que combina coordenação estatal com mecanismos de mercado, consolidando-se como a segunda maior economia do mundo em termos de PIB.

Durante o período maoísta (1949–1976), a economia chinesa era centralizada e planejada, com contato limitado no mercado internacional. As instabilidades geradas por esse modelo evidenciaram a necessidade de reformulação estrutural, o que se materializou com a ascensão de Deng Xiaoping ao poder e o início do processo gradual de abertura ao comércio internacional, acompanhado de políticas voltadas à atração de capital produtivo estrangeiro (Kissinger, 2011).

Ao mesmo tempo, as economias ocidentais, lideradas pelos Estados Unidos atravessavam uma transformação estrutural a partir dos anos 1970, com a crescente predominância do setor financeiro sobre a economia real. Esse fenômeno, chamado de financeirização, pode ser definido como o papel crescente dos motivos, mercados, e atores financeiros além das instituições financeiras na operação das economias domésticas e internacionais (Epstein, 2005, p. 3). Para Krippner (2005), a financeirização representa um padrão de acumulação em que os lucros se originam cada vez mais de canais financeiros, em detrimento das atividades produtivas.

No que diz respeito à construção da China como potência econômica, o investimento contínuo em capital produtivo, pesquisa e desenvolvimento e infraestrutura industrial foi determinante para a consolidação do chamado "Socialismo com Características Chinesas". Contudo, é preciso reconhecer que o modelo chinês também apresenta fragilidades próprias, como a crise no setor imobiliário, o endividamento dos governos locais e questões relativas à transparência institucional (FMI, 2025).

O objetivo deste trabalho é analisar comparativamente o modelo de desenvolvimento chinês e o modelo neoliberal ocidental, examinando as implicações da financeirização sobre a estabilidade econômica e o crescimento produtivo. Para tanto, adota-se uma metodologia mista, que combina revisão bibliográfica com análise de indicadores macroeconômicos provenientes do FMI, Banco Mundial e UNIDO.

O artigo está organizado em seis seções: após esta introdução, a seção 2 discute o modelo chinês e a coordenação estatal; a seção 3 analisa a financeirização nas economias ocidentais; a seção 4 apresenta a análise comparativa; a seção 5 examina as consequências geopolíticas; e a seção 6 traz as considerações finais.

2. O MODELO CHINÊS: COORDENAÇÃO ESTATAL E CAPITALISMO DE PRODUÇÃO

O Partido Comunista da China (PCC), fundado em 1921, representa historicamente a integração do marxismo-leninismo com as condições específicas da sociedade chinesa. O movimento teve influência direta da Internacional Comunista e da Revolução de Outubro na Rússia. O precursor do movimento revolucionário chinês foi Sun Yat-sen, responsável pela derrubada da Dinastia Qing (1644–1912), que encerrou um regime monárquico de aproximadamente 268 anos (Kissinger, 2011). Após a consolidação da República Popular da China em 1949, sob a liderança de Mao Zedong, o país adotou uma economia planificada e centralizada, com interação limitada com o mercado internacional. Todas as funções do sistema financeiro nacional estavam concentradas no Banco Popular da China.

Com a morte de Mao em 1976 e a subsequente ascensão de Deng Xiaoping, a China iniciou um processo de transformação econômica significativo. Segundo Kissinger (2011), Deng propagava a ideia de "Reforma e Abertura", evidenciando a ruptura com a ortodoxia maoísta. Para Deng, a criatividade e o encorajamento individual traziam benefícios ao país, e a população deveria "emancipar suas mentes".

Entre as principais medidas do governo de Deng, destaca-se a descentralização do sistema financeiro, com a divisão das funções do Banco Popular da China em quatro instituições especializadas: Banco da China, Banco de Construção da China, Banco da Agricultura da China e Banco Industrial e Comercial da China. Progressivamente, o país abriu espaço para a criação de bancos de capital misto e cooperativas de crédito urbano, além da fundação das bolsas de valores de Xangai (1990) e Shenzhen (1991).

Definir o "Socialismo com Características Chinesas" é uma tarefa complexa. Segundo Qin e Doria (2016), o termo surgiu como forma de Deng justificar as reformas para os conservadores do PCC, e essa dificuldade conceitual se acentua pela influência ideológica que diferentes perspectivas exercem sobre a interpretação do modelo. O que é possível afirmar é que o sistema não se encaixa nas categorias tradicionais da academia ocidental: ele combina

propriedade estatal dominante, planos quinquenais e controle de crédito com mecanismos de mercado, o que o diferencia tanto do capitalismo liberal quanto das experiências socialistas históricas.

Na atualidade, segundo a UNIDO (2023), a China responde por cerca de 30% da produção manufatureira global. Esse avanço decorreu de políticas de subsídios que incluíram acesso a mão de obra competitiva, matéria-prima e crédito controlado pelo Estado. Contudo, o modelo não é isento de desafios. A crise no setor imobiliário, que é exemplificada pelo caso Evergrande, revela o endividamento crescente dos governos locais e as restrições à importação de semicondutores impostas pelos EUA e aliados representam pressões reais sobre o modelo de desenvolvimento chinês (FMI, 2025).

3. A FINANCEIRIZAÇÃO NAS ECONOMIAS OCIDENTAIS

Após a Segunda Guerra Mundial (1939–1945), o Acordo de Bretton Woods (1944) estabeleceu uma nova ordem econômica internacional, posicionando os Estados Unidos e o dólar americano no centro do sistema financeiro global. Como consequência, houve aumento significativo do consumo, ampliação do acesso ao crédito e a criação de instituições reguladoras como o FMI (Santos, 2009). Esse arranjo, contudo, começou a se deteriorar a partir dos anos 1970, abrindo espaço para uma reconfiguração estrutural profunda das economias ocidentais centrada na predominância do setor financeiro sobre a economia real.

A financeirização, conforme definida por Epstein (2005, p. 3), consiste no papel crescente dos ativos financeiros, mercados financeiros, atores financeiros e instituições financeiras na operação das economias domésticas e internacionais. Para Krippner (2005), trata-se de um padrão de acumulação em que os lucros se originam cada vez mais de canais financeiros, e não de atividades produtivas. Braga (1997), por sua vez, caracteriza a financeirização como uma "macroestrutura financeira" que permeia toda a dinâmica do capitalismo contemporâneo.

Uma das evidências mais concretas desse processo pode ser observada na evolução do endividamento americano. Palley (2007) demonstra que a dívida total de mercado nos Estados Unidos passou de 140% do PIB em 1973 para 328,6% em 2005, ao mesmo tempo em que a participação do setor financeiro no total da dívida saltou de 9,7% para 31,5% no mesmo período. Esse crescimento acelerado da dívida financeira em relação à dívida não financeira representa, em termos estruturais, a própria materialização da financeirização: a expansão do

sistema financeiro passou a ocorrer em ritmo muito superior ao da economia real, gerando uma dinâmica de acumulação cada vez mais descolada da produção de bens e serviços.

Nesse processo, a economia desloca seu eixo da esfera produtiva, caracterizada pela geração de empregos, pela inovação tecnológica e pela oferta de bens e serviço, para a predominância do capital financeiro, centrado na valorização de ativos, ações e instrumentos derivativos (Santos, 2009). Thomas Piketty (2014), em *O Capital no Século XXI*, demonstra que o enriquecimento por ativos financeiros é mais acessível a quem já possui patrimônio, e que a renda do trabalho cresce em ritmo inferior à renda do capital. Nas economias ocidentais, argumenta o autor, a riqueza privada se expandiu enquanto os prejuízos foram socializados, sobretudo por meio do endividamento estatal.

Palley (2007) aprofunda essa análise ao demonstrar que a financeirização não altera apenas a origem dos lucros, mas transforma o próprio comportamento das corporações não-financeiras. Sob a lógica da "maximização do valor para o acionista", as empresas passaram a redirecionar seus excedentes para a recompra de ações e pagamentos de dividendos, em vez de priorizarem o investimento produtivo e a inovação. O autor demonstra empiricamente que, a partir de 1980, as emissões líquidas de novas ações pelas corporações não-financeiras tornaram-se negativas, ou seja, o mercado acionário deixou de ser uma fonte de financiamento para se tornar um dreno de recursos, com as empresas contraindo dívidas justamente para financiar a recompra de seus próprios papéis. Em 2006, essas recompras chegaram a representar 43,9% dos gastos com investimento não-residencial, o que evidencia o quanto a lógica financeira passou a comprometer a capacidade produtiva das empresas.

No plano macroeconômico, esse processo resulta em um descolamento histórico entre o aumento da produtividade e a estagnação dos salários reais, aprofundando a desigualdade e consolidando a hegemonia do capital rentista. Palley (2007) documenta que, entre 1959 e 1979, os salários dos trabalhadores americanos cresceram em linha com a produtividade, mas que a partir de 1980 essa relação se rompeu: a produtividade continuou avançando enquanto a remuneração real dos trabalhadores estagnava. Mishel et al. (2007, apud Palley, 2007) apontam que, em 1979, a renda dos 5% mais ricos era 11,4 vezes maior que a dos 20% mais pobres; em 2004, essa proporção havia saltado para 20,7 vezes.

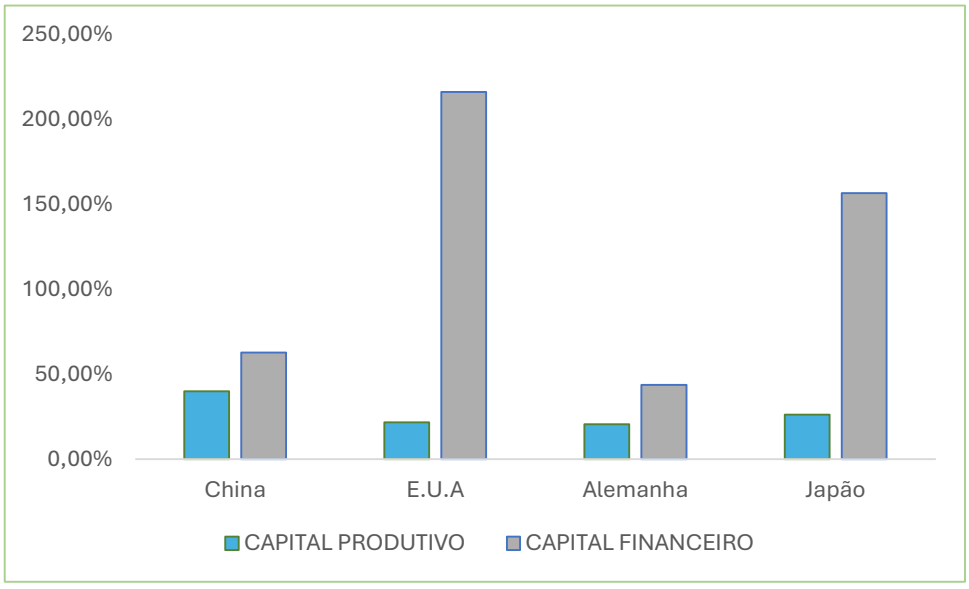
Esse conjunto de transformações foi sustentado por um rearranjo deliberado da política econômica. Palley (2007) descreve esse movimento como a construção de uma "caixa neoliberal" composta por quatro elementos articulados: a globalização orientada à mobilidade

de capital e ao livre comércio; a agenda do Estado mínimo, que incluiu privatizações, desregulamentação financeira e cortes tributários que beneficiaram desproporcionalmente os mais ricos; a flexibilização do mercado de trabalho, que enfraqueceu sindicatos e reduziu proteções aos trabalhadores; e o abandono do pleno emprego como meta da política macroeconômica, substituído pela prioridade à estabilidade de preços. Esse arranjo institucional pressionou continuamente os salários para baixo, ao mesmo tempo em que abriu espaço para a expansão irrestrita do setor financeiro.

Os dados empíricos corroboram essa análise. Os Estados Unidos apresentam dívida pública de 122,3% do PIB e déficit fiscal em torno de 6,5% do PIB, resultado em grande medida da necessidade de sustentar um sistema financeiro estruturalmente frágil. Em contrapartida, a dívida pública chinesa representa cerca de 88,3% do PIB, com crescimento econômico de 5%, segundo dados do FMI (2024). O perfil da dívida chinesa concentra-se em bancos estatais que financiam o desenvolvimento industrial e o comércio interno, o que aponta para uma lógica de endividamento qualitativamente distinta da observada nos Estados Unidos.

A relação entre capital produtivo e capital financeiro nas três economias analisadas pode ser observada no Gráfico 1, elaborado com base nos dados do FMI e do Banco Mundial para 2024.

Gráfico 1 – Composição do Capital nas Principais Economias: China vs Ocidente (2024)

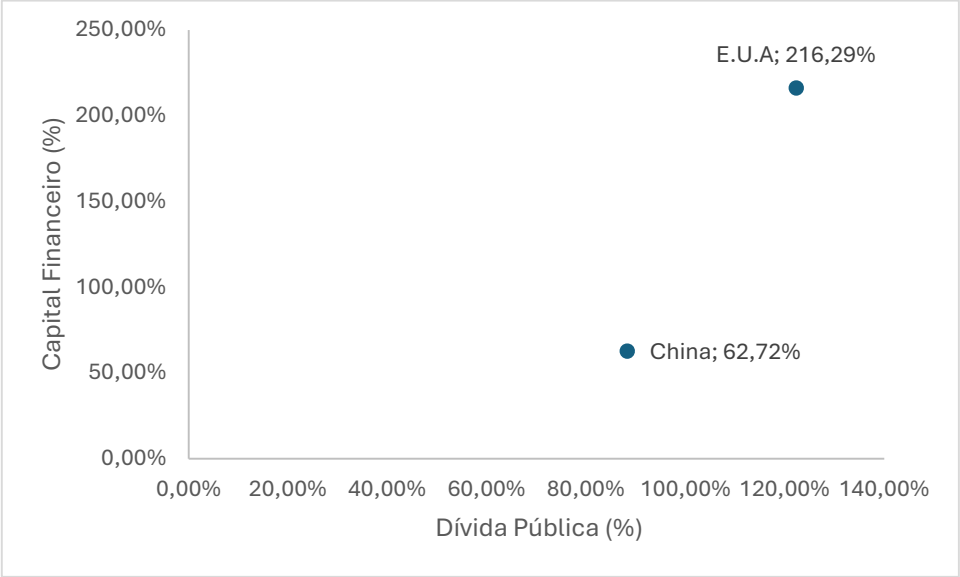


Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Mundial (World Development Indicators, 2024), indicadores NE.GDI.FTOT.ZS e CM.MKT.LCAP.GD.ZS.

O gráfico evidencia que os Estados Unidos concentram o maior nível de capital financeiro (216,29% do PIB), ao mesmo tempo em que apresentam capital produtivo de apenas 21,70%. A China, por outro lado, registra o maior nível de capital produtivo entre as economias analisadas (39,87%). O gráfico inclui também Alemanha e Japão como referências do capitalismo ocidental avançado, e em ambos o capital financeiro supera com folga o capital produtivo. Uma distinção importante diz respeito ao destino do capital financeiro chinês: enquanto nos EUA ele se concentra majoritariamente em atividades especulativas, na China o capital financeiro é predominantemente direcionado pelo Estado para o fortalecimento da base industrial e da autonomia tecnológica.

O Gráfico 2 ilustra a relação entre dívida pública e capital financeiro nas três economias.

Gráfico 2 – Relação entre Dívida Pública (% do PIB) e Capital Financeiro (%) — China e EUA (2024)



Fonte: Elaboração própria com dados do FMI (World Economic Outlook, 2024) e Banco Mundial (World Development Indicators, 2024).

O Gráfico 2 mostra que os Estados Unidos combinam o maior nível de capital financeiro com o maior endividamento público entre as economias analisadas, reforçando o argumento de que a financeirização tende a pressionar as finanças estatais. A China, apesar de também apresentar volume relevante de capital financeiro, mantém um nível de endividamento público significativamente menor, o que indica maior controle estatal sobre essa dinâmica. Haja vista

que o capital financeiro americano corresponde a 216,29% do PIB frente a uma dívida pública de 122,3%, enquanto a China apresenta capital financeiro de 62,72% do PIB e dívida pública de 88,3%, é notório que a lógica de acumulação financeirizada nos EUA gera um ciclo de endividamento estatal crescente, ao passo que o modelo chinês, orientado ao capital produtivo, mantém maior equilíbrio entre o nível de financeirização e as contas públicas.

Tabela 1 – Comparação entre dados macroeconômicos entre China e Ocidente (2024)

VARIÁVEIS	CHINA	E.U.A
PIB	$18.749,76	$29.298,03
CRESCIMENTO DO PIB	5%	2,80%
DÍVIDA PÚBLICA	88,30%	122,30%
BALANÇA COMERCIAL	$423,92	-$1.185,30
CAPITAL PRODUTIVO	39,87%	21,70%
CAPITAL FINANCEIRO	62,72%	216,29%

Fonte: Elaboração própria com dados do FMI (World Economic Outlook, 2024) e Banco Mundial (World Development Indicators, 2024). Capital produtivo corresponde à Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) como percentual do PIB, indicador NE.GDI.FTOT.ZS. Capital financeiro corresponde à capitalização de mercado das empresas listadas em bolsa como percentual do PIB, indicador CM.MKT.LCAP.GD.ZS.

A análise da Tabela 1 expõe disparidades estruturais entre os dois modelos de desenvolvimento. A China registrou crescimento do PIB de 5% em 2024 e capital produtivo de 39,87% do PIB, haja vista que sua economia é orientada ao investimento em infraestrutura, indústria e tecnologia. Já os Estados Unidos apresentam capital financeiro de 216,29% do PIB, valor que supera em mais de cinco vezes o capital produtivo americano de 21,70%, o que confirma o argumento de Epstein (2005) e Braga (1997) sobre a predominância do capital financeiro sobre a economia real no Ocidente. Ademais, a dívida pública americana de 122,3% do PIB, somada ao déficit comercial de US$ 1,18 trilhão, expõe a fragilidade de uma economia que socializou os prejuízos da financeirização sem reverter sua lógica de acumulação (Piketty, 2014). A China, em contrapartida, apresenta dívida pública de 88,3% do PIB e superávit comercial de US$ 423,92 bilhões, o que demonstra que o modelo orientado ao capital produtivo gera maior equilíbrio nas contas externas.

4. ANÁLISE COMPARATIVA: O EMBATE DE LÓGICAS

A divergência entre o modelo de desenvolvimento chinês e o capitalismo ocidental contemporâneo está na natureza da acumulação de capital. O Ocidente, a partir dos anos 1970,

redirecionou seu eixo dinâmico para a financeirização da riqueza, enquanto a China consolidou o que Jabbour e Dantas (2021) denominam "Nova Economia do Projetamento", um modelo que resgata o papel do Estado como indutor da técnica e da indústria, submetendo o sistema financeiro às necessidades do desenvolvimento nacional.

Palley (2007) documenta que esse movimento ocidental não foi acidental. A partir de 1980, os ciclos econômicos dos países centrais passaram a se sustentar em dois pilares: o boom financeiro, que fornecia colateral para o consumo baseado em dívida, e as importações baratas, que compensavam a estagnação dos salários reais. Antes de 1980, o crescimento era alimentado pelo aumento dos salários atrelado à produtividade, que estimulava o consumo e por sua vez induzia o investimento produtivo. A China, de certa forma, ainda opera dentro dessa lógica antiga. Não por acaso, o país mantém capital produtivo de 39,87% do PIB e crescimento de 5% ao ano, enquanto os Estados Unidos registram capital financeiro de 216,29% do PIB com crescimento bem mais tímido e dívida pública de 122,3%.

O setor de veículos elétricos ilustra bem essa diferença na prática. Enquanto montadoras ocidentais operam sob a pressão constante dos acionistas por retornos de curto prazo, o que se materializa em recompras de ações e pagamentos de dividendos em detrimento do investimento em P&D, empresas como a BYD se inserem dentro de um ecossistema de metas decenais coordenadas pelo Estado, com acesso a crédito estatal barato, subsídios na cadeia de fornecimento e controle sobre a produção de matéria-prima. Palley (2007) comprova que, pós-1980, as corporações não-financeiras americanas passaram a usar dívida para recomprar ações e não para investir. Em 2006, essas recompras chegaram a 43,9% dos gastos com investimento não-residencial. É difícil imaginar uma BYD surgindo dentro dessa lógica.

Vale ressaltar, contudo, que o modelo chinês não é isento de contradições. A crise no setor imobiliário entre 2021 e 2024, o endividamento dos governos locais estimado em mais de 50% do PIB e a desaceleração do crescimento mostram que o alto investimento em capital fixo tem limites. O relatório *China 2030*, elaborado pelo Banco Mundial em conjunto com o Conselho de Estado da China (2013), já alertava que o crescimento sustentado quase exclusivamente por taxas elevadíssimas de investimento em capital fixo apresenta retornos decrescentes. Para que a China evite a chamada "armadilha da renda média", o documento aponta a necessidade de uma transição para um modelo baseado na produtividade e no fortalecimento do consumo doméstico, o que exigirá reformas institucionais profundas.

O que os dados indicam, portanto, não é a superioridade absoluta de nenhum modelo, mas uma diferença estrutural na lógica de alocação do capital. No Ocidente, a riqueza se concentra em ativos de liquidez imediata, e os déficits comerciais e o endividamento público funcionam como válvulas de escape para uma economia que perdeu sua base produtiva. Haja vista o déficit comercial americano de US$ 1,18 trilhão registrado em 2024, na China o Estado direciona recursos para a industrialização e a autonomia tecnológica, gerando superávit comercial de US$ 423,92 bilhões no mesmo período. A questão que permanece em aberto é por quanto tempo cada um desses arranjos consegue se sustentar.

5. CONSEQUÊNCIAS GEOPOLÍTICAS

O sucesso relativo do modelo chinês desafia a hegemonia do Consenso de Washington e propõe uma forma alternativa de organização econômica. A iniciativa Belt and Road (Nova Rota da Seda) representa a materialização dessa proposta, priorizando investimentos em infraestrutura e produção em detrimento de uma globalização exclusivamente financeira. Ao financiar obras no Sul Global, a China dissemina o que Jabbour, Dantas e Vadell (2021) denominam "Globalização Instituída pela China" (GIC), um constructo histórico-institucional e multidimensional que se fortalece com o Belt and Road e se apresenta como contraponto geopolítico à globalização neoliberal liderada pela grande finança estadunidense.

Nesse sentido, a GIC não representa apenas uma estratégia comercial, mas a projeção externa da Nova Economia do Projetamento chinesa, que resgata o papel do Estado como indutor da técnica e da indústria. Enquanto a dívida pública americana serve majoritariamente para manter o mercado financeiro funcionando, a dívida chinesa funciona como instrumento de fomento industrial gerido por bancos estatais, o que evidencia que a eficácia do gasto público depende da lógica política à qual o capital está submetido (Jabbour; Dantas; Vadell, 2021).

A reação das economias centrais tem se manifestado em políticas como o Inflation Reduction Act nos EUA, que representam tentativas de retomar o planejamento estatal. O Ocidente, contudo, enfrenta um paradoxo estrutural: tentar promover política industrial em economias cujas instituições financeiras estão orientadas para a liquidez imediata. A capacidade de intervenção estatal chinesa, por outro lado, demonstrou durante a pandemia de Covid-19 que é possível manter cadeias de suprimentos ativas e estabilidade de preços mesmo em contextos de crise severa, o que evidencia a superioridade das capacidades estatais construídas ao longo das últimas décadas (Jabbour; Rodrigues, 2021).

Cabe ressaltar, contudo, que a iniciativa Belt and Road também tem sido objeto de críticas, incluindo preocupações com a sustentabilidade da dívida dos países recipientes e com a transparência dos acordos firmados. Uma análise equilibrada exige considerar tanto os benefícios quanto as limitações dessas políticas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada indica que a ascensão chinesa resulta de uma escolha estratégica pela preservação do capital produtivo, orientada pela coordenação estatal. A financeirização nas economias ocidentais, conforme demonstrado pela literatura e pelos dados empíricos, tem contribuído para a fragilização da base produtiva, o aumento do endividamento público e a ampliação das desigualdades sociais.

Não se trata, porém, de uma leitura que idealize o modelo chinês ou demonize o ocidental. O modelo chinês enfrenta desafios significativos, como a crise imobiliária, o endividamento subnacional e questões ambientais, assim como as economias ocidentais possuem vantagens em termos de inovação tecnológica, diversidade institucional e mercados de capital profundos.

O futuro das relações econômicas internacionais exigirá, provavelmente, uma coevolução entre os dois sistemas. O Ocidente pode se beneficiar de uma reavaliação do papel estratégico da produção e da coordenação estatal, sem necessariamente abandonar os princípios de economia de mercado. A lição comparativa é que a sustentabilidade econômica de longo prazo depende do equilíbrio entre o setor financeiro e o setor produtivo, e da capacidade do Estado de direcionar os recursos nacionais para o desenvolvimento material e tecnológico.

7. REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Market capitalization of listed domestic companies (% of GDP).** World Development Indicators, 2024. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/CM.MKT.LCAP.GD.ZS. Acesso em: 23 mar. 2026.

BANCO MUNDIAL. **Gross fixed capital formation (% of GDP).** World Development Indicators, 2024. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NE.GDI.FTOT.ZS. Acesso em: 23 mar. 2026.

BANCO MUNDIAL; **DEVELOPMENT RESEARCH CENTER OF THE STATE COUNCIL**. China 2030: Building a Modern, Harmonious, and Creative Society. Washington, DC: World Bank, 2013.

BRAGA, José Carlos de Souza. **A Financeirização da Riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais**. Campinas: Unicamp, 1997.

EPSTEIN, Gerald A. (Ed.). **Financialization and the World Economy**. Cheltenham: Edward Elgar, 2005.

FMI. Fundo Monetário Internacional. **World Economic Outlook: dados de outubro de 2025**. Washington, DC: FMI, 2025.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; VADELL, Javier. **Da nova economia do projetamento à globalização instituída pela China. Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 9, n. 4, p. 90-105, 2021.

JABBOUR, Elias; RODRIGUES, Bernardo Salgado. **A "Nova Economia do Projetamento" no combate à Covid-19 e as capacidades estatais chinesas como força política estratégica**. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, e212525, 2021. DOI: 10.1590/198055272525.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China. Rio de Janeiro**: Objetiva, 2011.

KRIPPNER, Greta R. **The financialization of the American economy**. Socio-Economic Review, v. 3, n. 2, p. 173-208, 2005.

MATOS, Wallas Gomes de. **Do Pós-guerra à financeirização da economia.** 2013. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) — Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Diamantina, 2013.

PALLEY, Thomas I. Financialization: What It Is and Why It Matters. **Levy Economics Institute Working Paper**, Annandale-on-Hudson, n. 525, dez. 2007.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI. Rio de Janeiro**: Intrínseca, 2014.

QIN, Xuan; DORIA, Gaio. **O Socialismo com Características Chinesas e seu Papel como Ideologia Guia da China. Século XXI**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 115-130, jan./jun. 2016.

SANTOS, Milton dos. **Financeirização da Economia e as Crises Mundiais do Capitalismo Contemporâneo.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Departamento de Administração, São Paulo, 2009.

UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION. **International Yearbook of Industrial Statistics 2023**. Viena: UNIDO, 2023. Disponível em: https://stat.unido.org/publications/international-yearbook-industrial-statistics-2023. Acesso em: 23 mar. 2026.